

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.048 - SP (2018/0270110-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : BRUNO PROENÇA ALENCAR - SP335558
AGRAVADO : ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVADO : EDISON FERNANDES DA SILVA
AGRAVADO : ESMERALDO APARECIDO DE ALENCAR LIMA
AGRAVADO : FRANCISCO TADEU VENANCIO
AGRAVADO : LUIZ CARLOS ROTATORI
AGRAVADO : JOSE FERREIRA DE MAGALHAES
AGRAVADO : LUIZ TADEU VENTURINI
AGRAVADO : RUBENS ANTUNES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : SEBASTIAO GOMES
AGRAVADO : SIDNEI VITORAZZO
ADVOGADOS : RAFAEL JONATAN MARCATTO - SP141237
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE - SP163569
GISLENE DE MEDEIROS SOUZA E OUTRO(S) - SP371340

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do qual se impugna decisão de minha lavra (fls. 217/224e), que não conheceu do seu Agravo em Recurso Especial.

No Agravo interno, sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"Vossa Excelência, por decisão monocrática, negou conhecimento ao recurso por força da Súmula 182/STJ, do art. 932, III, do NCPC e do art. 34 do RISTJ – com a redação dada pela Emenda Regimental 22/2016, ao considerar que a parte agravante teria deixado de impugnar especificamente o óbice da Súmula 7/STJ.

Ocorre que esta decisão agravada assenta-se em premissa equivocada.

(...)

Portanto, bem ou mal, o agravante impugnou os fundamentos adotados pela Corte de origem para negar admissibilidade ao Apelo Nobre, razão pela qual não prospera a alegação que não houve impugnação específica quanto ao óbice da súmula 7/STJ, tornando inaplicável o disposto na súmula 182/STJ, no art. 932, III, do NCPC e no art. 34 do RISTJ – com a redação dada pela Emenda Regimental 22/2016.

Aliás, uma impugnação adequadamente “específica” só seria possível

Superior Tribunal de Justiça

se a decisão agravada contivesse motivação igualmente específica, o que absolutamente não ocorre" (fls. 229/230e).

Com razão a parte agravante, motivo pelo qual reconsidero a decisão agravada e passo, a seguir, a um novo exame do Agravo em Recurso Especial.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO PRAZO PROCESSUAL Indeferimento do pedido de devolução de prazo para interposição de defesa.

DEVIDO PROCESSO LEGAL Processo que estava disponível para retirada e obtenção de cópias, pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, conforme regra do art. 107, §§ 2º e 3º, do CPC/2015 Ausência de prejuízo, pois as informações necessárias poderiam ser obtidas na chamada 'carga rápida' o direito de vista dos autos em Cartório e sua possibilidade de fazer 'carga rápida' não violam o devido processo legal. Informações que estão em poder da própria Administração Os documentos aos quais alega necessidade de acesso são aqueles que foram por ela própria juntados por ocasião do cumprimento da obrigação de fazer e que, portanto, são de seu conhecimento. Decisão mantida. Recurso não provido" (fl. 126e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fundamento no art. 105, III, a da CF/88, a recorrente alega ofensa aos arts. 107, III, e 223, §§ 1º e 2º, do CPC/2015, sustentando o seguinte:

"No caso, o v. acórdão negou vigência ao artigo 107, III, do CPC, o qual determina que 'o advogado tem direito a retirar os autos do cartório ou da secretaria, pelo prazo legal, sempre que neles lhe couber falar por determinação do juiz, nos casos previstos em lei'.

Ora, se os autos não estavam disponíveis para o advogado, deveria ter sido devolvido o prazo para a manifestação. No entanto, a juíza de 1º grau rejeitou o pedido de devolução do prazo, decisão essa que nega vigência ao art. 223 e parágrafos, (...)

Constata-se o **fumus boni iuris**, eis que a v. decisão agravada, ao indeferir a devolução do prazo requerida, malferiu os artigos 107, III e 223, §2º, ambos do NCP.

De outro turno, está presente o **periculum in mora**, eis que o presente recurso foi interposto contra decisão que pode ensejar o

prosseguimento de execução contra a Fazenda Pública em valor elevado (mais de R\$ 300.000,00) sem que tenha havido a correta concretização dos princípios do contraditório e da ampla defesa, pois a agravante não teve acesso aos autos principais para elaborar sua defesa, em evidente violação ao art. 107, III, do NCPC.

O prosseguimento da execução pode levar ao pagamento de valores a maior, os quais dificilmente serão restituídos à Fazenda Pública em caso de reversão da decisão judicial, pois nada garante que o patrimônio dos ora recorridos será suficiente para o ressarcimento ao erário.

Por todo o exposto, requer-se seja recebido o presente recurso, sendo-lhe concedido efeito suspensivo, sustentando os efeitos da decisão recorrida, em conformidade com o artigo 995, parágrafo único, do NCPC.

IV. DO MÉRITO DO RECURSO. DA AFRONTA AOS ARTIGOS 107, III, E 223 DO NCPC.

Cumprido ressaltar que o v. Acórdão recorrido, por chancelar a decisão de 1º grau que entendeu desnecessária a consulta dos autos principais por parte do Procurador do Estado que patrocina a defesa da Fazenda Pública, violou frontalmente o art. 107, III, do CPC, que dispõe sobre o direito fundamento do advogado de retirar os autos em carga.

O art. 107, III, do CPC determina que o advogado tem direito a retirar os autos do cartório ou da secretaria, pelo prazo legal, sempre que neles lhe couber falar por determinação do juiz, nos casos previstos em lei.

Portanto, havendo prazo em curso contra a Fazenda Pública, não cabe ao juiz determinar se é necessária ou não a consulta dos autos pelo Procurador do Estado. Trata-se de direito fundamental, imanente, que independe de apresentação de qualquer justificativa para que seja concretizado.

(...)

RESSALTE-SE QUE O V. ACÓRDÃO FUNDAMENTOU A DESNECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO DO ART. 107, III, DO CPC COM ARGUMENTAÇÃO DE QUE OS AUTOS ESTAVAM DISPONÍVEIS EM CARGA RÁPIDA. Estar disponível apenas para carga rápida NÃO SIGNIFICA ESTAR DISPONÍVEL PARA RETIRADA PELO ADVOGADO PELO PRAZO LEGAL, NOS TERMOS DO ART. 107, III, DO CPC. O PRAZO LEGAL NO CASO ERA DE 30 DIAS (ART. 535 DO CPC) E OS AUTOS APENAS ESTAVAM DISPONÍVEIS PARA CARGA RÁPIDA (2 A 6 HORAS).

Superior Tribunal de Justiça

A FESP, PARA ELABORAR O CÁLCULO, TINHA DIREITO DE RETIRAR OS AUTOS POR 30 DIAS E ENVIAR PARA O SEU CONTADOR CREDENCIADO, SENDO EVIDENTE QUE O PRAZO DE 2 A 6 HORAS É INSUFICIENTE PARA QUE O PROCESSO SEJA ENVIADO PARA O CONTADOR, ELABORADOS OS CÁLCULOS, E DEVOLVIDO PARA A FAZENDA.

Portanto, resta comprovada a impossibilidade de carga dos autos principais no presente caso – o que foi reconhecido pelo v. Acórdão e pela própria juíza de 1º grau, ao determinarem que estavam disponíveis apenas para carga rápida –, o que configura causa mais do que justa para que o prazo seja devolvido, nos termos do art. 223, §2º, do NCPC.

Apesar disso ressalte-se, mais uma vez, absurda e inexplicavelmente, a magistrada indeferiu a devolução do prazo, decisão essa que foi chancelada pelo v. Acórdão recorrido, o qual, por todos os motivos acima explanados, não pode subsistir" (fls. 150/155e).

Apresentadas contrarrazões (fl. 158/161e), o recurso foi inadmitido na origem (fl. 162e).

Foi interposto o presente Agravo (fls. 174/183e).

A irresignação não merece prosperar.

Quanto à ofensa aos arts. 107, III, e 223, §§ 1º e 2º, do CPC/2015, extrai-se do acórdão recorrido:

"Alega a Fazenda que, intimada para apresentar impugnação, nos termos do art. 535 do CPC/2015, e como o incidente digital de cumprimento de sentença não havia sido corretamente instruído, uma vez que não havia informes oficiais para conferência dos cálculos apresentados, mandado de citação devidamente cumprido para determinar a incidência inicial dos juros de mora e sequer procuração do advogado dos exequentes, tentou realizar carga dos autos físicos principais para enviar para o contador credenciado da PGE, o qual necessita daquelas informações para realizar o cálculo, a qual não foi possível dada a pendência de publicação no processo principal, razão pela qual o mesmo se encontrava indisponível.

(...)

Foi concedido o efeito suspensivo, para que nenhuma medida fosse tomada em primeiro grau, até a apreciação do presente pela E. Turma Julgadora (fls. 101/102).

Intimado, o agravada apresentou contraminuta, às fls. 111/113.

Requisitadas informações, especificamente sobre a alegada inviabilidade de carga do processo físico, o Juízo a quo as prestou às fls. 115/116.

(...)

Conforme informações prestadas pelo Juízo, a carga dos autos físicos não foi autorizada pelo competente Cartório, por existir determinação judicial para arquivamento pendente de publicação. No entanto, esclarece a d. magistrada que, apesar da determinação para arquivamento, em nenhum momento os autos foram arquivados, tendo ficado por mais de 30 (trinta) dias em cartório à disposição das partes, com a possibilidade de realizar consultas e até mesmo carga rápida pelo prazo de até 6(seis) horas, conforme dita o novo Código de Processo Civil em seu artigo 107, § 3º.

A devolução de prazo somente se justificaria se houvesse a comprovação de impedimento de acesso aos autos, o que não restou demonstrado.

O petitório de fls. 91/94 alega que a procuradora do Estado foi impedida de ter acesso aos autos “para verificação, por exemplo, dos informes oficiais, do cumprimento da obrigação de fazer e do lapso prescricional, bem como do termo inicial dos juros de mora”.

Todavia, em nenhum momento foi negado o acesso aos autos, os quais poderiam ter sido retirados em “carga rápida”, pelo prazo de 2(duas) a 6(seis) horas, nos termos do art. 107, § 2º e 3º do CPC/2015, que seria absolutamente suficiente para a extração de cópias necessárias à pretendida verificação.

Deve ser salientado que não houve qualquer prejuízo à defesa técnica, pois todas as informações necessárias poderiam ser obtidas na chamada “carga rápida”, procedimento aperfeiçoado pela novel legislação processual.

Desta forma, o direito de vista dos autos em Cartório e sua possibilidade de fazer “carga rápida” não violam o devido processo legal, razões pelas quais não se verifica a existência de cerceamento de defesa ou a violação aos artigos mencionados nas razões do agravo.

Nem se olvide, ademais, que é a própria agravante a responsável pelos cálculos, e, assim, tem imediato acesso aos valores dos vencimentos de seus servidores, de modo que os documentos aos quais alega necessidade de acesso são aqueles que foram por ela própria juntados por ocasião do cumprimento da obrigação de fazer e que, portanto, são de seu

Superior Tribunal de Justiça

conhecimento" (fls. 127/129e).

Nesse contexto, observa-se que as conclusões da Corte **a quo** acerca das alegações de negativa de carga do processo e devolução do prazo, decorreram da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos.

Assim, o eventual conhecimento do presente especial, quanto aos pontos elencados no apelo, demandaria o reexame fático-probatório da questão versada nos autos, labor que, como de sabença, é interditado a esta Corte Superior na via especial. Não é outra a inteligência da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO CONTIDO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. INTIMAÇÃO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento autônomo do acórdão recorrido de que o Decreto n. 70.235/1972 prevê a intimação por via postal, com aviso de recebimento, no domicílio tributário eleito pelo contribuinte e não a intimação pessoal. Incide, no ponto, a Súmula n. 283 do STF.

2. **A revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem sobre a inexistência de ilegalidade no ato de intimação promovido pela Administração Fiscal no caso em apreço demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ.**

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.405.089/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/03/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. PERÍCIA JUDICIAL. APURAÇÃO DE ILÍCITOS AMBIENTAIS. FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO RÉU. NULIDADE RELATIVA. DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO NÃO CONSTATADA NA ORIGEM. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Trata-se de Recurso Especial com intuito de anulação da perícia

judicial por falta de intimação do ora recorrente.

2. A compreensão da Corte Regional está de acordo com a jurisprudência do STJ no sentido de que a declaração da nulidade relativa depende da demonstração de prejuízo.

3. O acórdão recorrido, observando o contexto fático-probatório dos autos, consignou que não houve prejuízo ao ora recorrente, que houve interposição de Agravos de Instrumento discutindo a questão, que o advogado do recorrente foi intimado sobre a perícia, que a prova produzida foi suficiente para a convicção do juízo e que, intimado para apresentação de novas provas, o ora recorrente permaneceu em silêncio.

4. **A pretensão de revisão do entendimento proferido na origem sobre a suficiência e a regularidade da prova produzida implica, no caso, reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.**

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.676.480/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

Ademais, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou ser **"a própria agravante a responsável pelos cálculos, e, assim, tem imediato acesso aos valores dos vencimentos de seus servidores, de modo que os documentos aos quais alega necessidade de acesso são aqueles que foram por ela própria juntados por ocasião do cumprimento da obrigação de fazer e que, portanto, são de seu conhecimento"**.

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs

Superior Tribunal de Justiça

2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora